

ATA 14

PAUTA: Apresentação do Diagnóstico da Plataforma Digital

DATA: 17/10/2018

LOCAL: Secretaria do Meio Ambiente - SMAM

As oito horas e trinta minutos do dia dezessete do mês de outubro de dois mil e dezoito, em segunda chamada, na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM, iniciou-se a reunião do Núcleo Gestor para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os membros, conforme lista de presença, que faz parte integrante da presente ata. Inicialmente, foi dado boas vindas e agradecido a presença de todos pela Presidente, Sra. Ana Paula Wickert. Foi dito que a reunião é para apresentação do resultado do questionário pelo Núcleo Técnico. O material foi enviado previamente para o Núcleo Gestor para apreciação. Foi dito que o número de respondentes do questionário foi maior que os participantes das oficinas. Houve o comentário sobre o direcionamento de algumas perguntas. A resposta foi que a idéia era utilizar perguntas que estarão nas oficinas propositivas. O questionário mescla entre diagnóstico e proposição. Foi possível a realização do levantamento por bairro. Nesta reunião será feita uma conversa sobre dúvidas ao questionário. Foi salientado que as respostas são uma opinião de quem se manifestou no momento. Foram recebidos alguns e-mails com comentários sobre o questionário. Após a palavra foi passada para Sibebe que iniciou a apresentação dos resultados. Foi salientado que o questionário é uma amostra, não foi realizado da mesma forma que pesquisa. As áreas foram divididas em 22 bairros com respondentes de todos os setores. Na parte inicial foi demonstrado as perguntas realizadas. Após, as perguntas foram relacionadas com as temáticas abordadas na revisão do Plano Diretor, como mobilidade, equipamentos urbanos, ocupação do território. A segunda parte foi demonstrado que houve a participação de 896 participações, a maior parte na faixa etária de 36 a 45 anos. Houve a participação de pessoas com até 16 anos e com mais de 75 anos. Foi uma faixa etária bem variada. Pelo local de moradia, 96% eram de Passo Fundo e 4% de fora. Por setor o maior percentual de participação foi o pessoal do centro. O menor percentual de participação foi o dos setores 13, 14, 16 e 17 (periferia da área urbana). Este índice pode ser devido a população ser menor. A secretária disse que isso deve ser também pelo fato da dificuldade para acesso à computadores e a resposta pelo celular era mais complicada. No centro o percentual foi de 40,6%, no norte 15,3, no leste 10,7, no sul 20,3 e na região oeste 13,2. Em relação as questões por tema. Com relação à mobilidade, os meios de deslocamento, 67,3% dos respondentes informaram que se locomovem por meio de transporte particular, 16,9% informaram que se deslocam de transporte público, 15,1% se deslocam a pé e 0,8% se locomovem de bicicleta. Quando foi questionado sobre à ampliação do percurso das ciclovias e dos pontos de bicicletas compartilhadas, verifica-se que 88,3% dos respondentes manifestaram-se a favor e 11,7% contra. O questionário averiguou o interesse de utilização pela população de um sistema de ciclovias, seguro e conectado. Os resultados apontam que 75,7% da população informaram que caso houvesse o sistema de ciclovias utilizariam e 24,3% não utilizaria. Na sequência, foi questionado sobre a utilização da ciclovias para trabalho e lazer. Os resultados apontam que 61,8% não utilizariam a ciclovias para trabalho e 38,2% dos respondentes utilizariam a ciclovias para trabalho. No questionário foi apresentada a hierarquização viária prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sendo pedestre, ciclista, transporte público e transporte particular e solicitada a concordância ou não dos respondentes com relação a estruturação da cidade observando esta hierarquização. Os resultados apontam que 89,1% concordam e 10,9% discordam que a cidade se estruture conforme a hierarquização viária do Código de Trânsito Brasileiro. Com relação à criação de faixas preferenciais para ônibus em algumas vias estruturadoras o resultado aponta que 93,3% dos respondentes manifestaram-se a favor e 6,7% contra. Com relação à utilização da ciclovias para lazer, 92% dos respondentes informaram que utilizariam a ciclovias para lazer e 8% informaram que não utilizariam. O Secretário Pedro Almeida perguntou se seria possível fazer uma comparação dos respondentes por setor, levando-se em conta a população do setor. A Secretária falou sobre a possibilidade de colocação dos percentuais de respondentes por região para comparação com a participação das oficinas. Foi respondido pela Sibebe que o Núcleo

Técnico já estava planejando realizar esta estratificação por região. O representante da Agenda 21, Sr. Ademar Marques disse que a comparação entre os dados das oficinas com o questionário seria muito relevante para verificar a coerência das informações. Sibeles disse que os dados das oficinas já foram tabulados, mas ainda não foram finalizados. Em geral, os dados estão de acordo. A Secretária disse que poderá ser realizado um cruzamento entre as oficinas, o questionário e a participação das crianças (Projeto Cidade do Amanhã). O representante da UAMPAF, Sr. Tiago Capuano disse que a questão das bicicletas são pessoas que não tem interesse em usá-la, pois para ir ao trabalho, dependendo da distância não tem condição de se locomover por este meio de transporte. O percentual de uso de ciclovia para lazer é bem grande. Renato disse que as pessoas que moram no centro, não usam transporte público e sim particular. O representante do CMDI, Sr. Ubiratan Oro disse que nesta etapa deve ser levado em consideração que o perfil sócio econômico mais baixo é diferente para comparação dos valores. É interessante o ponto de vista para fazer a comparação. Sibeles respondeu que o Relatório é o retrato das respostas, com análise e o cruzamento das oficinas e dados técnicos. Os dados foram estratificados. Os dados sobre a renda não poderão ser incluídos neste questionário, mas poderá ser realizado uma análise e cruzamento com as oficinas para elaboração do relatório técnico. Secretária falou que a renda, não era tão importante neste momento. Como exemplo foi dito sobre os estudantes, que não tem renda, mas a família tem. No questionário pode ser perguntado sobre a renda familiar, mas muitas pessoas não se sentem confortáveis para responder. O cruzamento pode ser usado o do mapa do IBGE. Sibeles disse que a idéia é realização de enquete e não pesquisa por não usar o rigor da pesquisa científica. A representante da Arquitetura da UPF, Sra Carla Portal disse que para a participação não interessa a renda. O representante da Agenda 21, Sr. Ademar Marques perguntou se já havia previsão de data para realização da audiência pública. A Secretária disse que será realizada uma reunião com o Núcleo Técnico para definição de uma pré data para audiência, pois estão em fase de revisão do Diagnóstico. Ademar perguntou se na próxima reunião o Núcleo Gestor já poderá ver o resultado do Diagnóstico para aprovação. A secretária disse que o Núcleo Gestor não aprova o diagnóstico, apenas tem conhecimento. Para possibilitar a redução de prazos foi definido que haveria o conhecimento prévio com discussão antes da publicação da audiência. O representante da CDHPF, Sr. Leandro Scalabrin disse que é possível que a audiência ocorra apenas no próximo ano. Sibeles respondeu ao Sr. Ubiratan Oro sobre os dados de renda e setor para o diagnóstico, que existe o dado espacial por renda por setor que serão cruzados com as informações do IBGE. Pode ser deduzidas algumas conclusões, mas não poderá ser afirmado. Ubiratan Oro disse que a partir desse estudo poderá ser entendido o encaminhamento da cidade para os próximos 20 anos. Sibeles disse que a preocupação é se trabalhar sempre as regiões, levando em consideração as possibilidades, os potenciais, analisando-se sempre o macro. Possivelmente poderão ser desenvolvidos planos locais para detalhar melhor os problemas regionais. Tiago Capuano disse que está sendo trabalhado do genérico para o específico. Sibeles disse que a idéia é trabalhar com o macro. Leandro (CDHPF) comentou que a realização de enquete tem pontos positivos e negativos. O Núcleo Técnico ouviu sobre as idéias da população. Foi realizada uma proposta de realização pelo, Núcleo Gestor, de enquete sobre questões importantes, como a regularização fundiária e ampliação do perímetro urbano para implantação de moradias de interesse social. Sibeles disse que do ponto de vista técnico, as perguntas foram feitas tentando abordar as temáticas definidas com olhar de urbanismo contemporâneo. As temáticas devem ser definidas dentro da literatura, a regularização fundiária está dentro de ocupações. Posteriormente estas questões poderão ser debatidas com maior profundidade dentro das oficinas propositivas. Ademar comentou sobre os temas levantados pela CDHPF e concordou com a colocação. O representante do COMPEDE, Sr. Emerson Drebes comentou sobre a implantação das faixas de ônibus, se com esta implantação a utilização de transporte público seria maior, se seria implantado apenas na área central, qual seria o objetivo da colocação dos corredores de ônibus. Sibeles respondeu que o Planejamento é um processo, o apontamento é o primeiro passo, agora tem de ser debatido como se deve funcionar essa faixa exclusiva de ônibus. Tiago solicitou se os dados brutos da pesquisa poderão ser disponibilizados ao Núcleo Técnico para formar tabela de análise. Carla disse que pode haver distorções pelo meio utilizado, que poderão ser corrigidas pelos dados das oficinas territoriais. Tiago comentou que a

necessidade de colocação do CPF pode ter inibido a participação. Sibeles comentou que o questionário permitia avançar as páginas sem ter respondido todas as questões e algumas pessoas deixaram de responder algumas questões, isso pode ter causado distorções. Paulo Severo disse que tem de ser visto qual é o objetivo de cada um dos instrumentos e atos do processo. Para algumas questões específicas, qualquer um pode dar opinião sobre qualquer situação. O grupo deve filtrar se as opiniões tem haver com Plano Diretor ou não. Planejamento Urbano não é uma ciência. Está sendo trabalhado uma realidade para 10 ou 20 anos, situações que se apresentam agora poderão não ser situações daqui a 20 anos. Foi utilizado o exemplo dos orelhões, que na última revisão do Plano Diretor apareceu como necessidade e hoje já é uma realidade totalmente diferente. A questão do transporte coletivo, diz que não tem espaço suficiente para uso conjunto do transporte coletivo e do individual. Ubiratan Oro disse que algumas questões podem deixar de ser relevantes. Não se sabe se o resultado será o esperado, muitas das decisões que na época eram importantes, podem se tornar obsoletas e sem sentido. Hoje tem áreas que não se pode circular, tem cidades que proíbem projetos residenciais sem previsão de estacionamento. Não se sabe o resultado prático disso. Tem de ser levado em conta o que existe e o que se pretende. As mudanças devem ser contínuas. Ademar Marques disse que algumas medidas para o futuro tem de ser tomadas hoje. Algumas informações de hoje permitem a tomada de decisão para o futuro e direcionam qual o caminho a ser seguido. Isso se reflete no orçamento. O que é planejado aflora. Algumas áreas se tiver análise avançam e outras não. Paulo Severo informou que foram feitos nos últimos 5 ou 6 anos vários estudos como PEDEL, Plano de Saneamento, Plano de Resíduos sólidos e todos tinham projeções de população, mas foi notada divergência entre os Planos. Foi verificado que os dados de projeção da população informada pelo IBGE em 2018 já era superior à projeção dos Planos realizados. Passo Fundo atingiu em 2018 a população prevista para 2022 nos Planos. Sibeles retomou a apresentação. Quanto à criação de vias de lazer nos finais de semana, os resultados apontam que 92,1% são favoráveis a criação e 7,9% são contrários. Dados que chamou atenção foi a avaliação da percepção da comunidade em relação às calçadas da região central considerando sua dimensão e a sua qualidade. Com relação à dimensão, 48,7% consideram as calçadas de bom tamanho, 44,8% consideram as calçadas estreitas, 3,7% consideram as calçadas largas e 2,8% classificaram como inexistentes. Quanto à qualidade das calçadas da região central, 60% consideram as calçadas razoáveis, 34,8% classificaram como ruins e 5,2% enquadraram como bem estruturadas. A percepção da comunidade em relação às calçadas do bairro também foi avaliada. No geral, com relação à dimensão, 42,8% consideram as calçadas de bom tamanho, 31,1% consideram as calçadas estreitas, 23,5% classificaram como inexistentes e 2,8% consideram as calçadas largas. Quanto à qualidade das calçadas da região central, 57,5% consideram as calçadas razoáveis, 36,5% classificaram como ruins e 6% enquadraram como bem estruturadas. Considerando as respostas de cada bairro, observa-se que a maioria dos respondentes classificaram os setores 01, 02, 03, 06, 07, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21 como calçadas de bom tamanho. Já nos setores 04, 05, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 16, 22 a maioria dos respondentes consideram as calçadas inexistentes. Chamou a atenção no estudo o quantitativo de calçadas inexistentes. Foi feito um comentário pela Chris Bortoluzzi que um dos locais onde foi dito que as calçadas são inexistentes se encontra no bairro Cidade Nova. O que já foi mudado no Código de Obras hoje existe a obrigatoriedade de construção de calçadas para novos loteamentos. Continuando a apresentação, foi mostrado sobre a avaliação da boa oferta de moradia, trabalho, serviços, comércio e lazer no bairro. Foi observado que a maior parte dos respondentes considera que há boa oferta de moradia, de serviços e de comércio. Por bairro a maior parte dos respondentes afirmou que havia boa oferta de moradia entretanto, consideram que não há boa oferta de trabalho e de lazer no bairro. A comunidade foi questionada se gostaria de mais feiras e atividades de lazer ao ar livre, como oficinas, projetos culturais, etc. Percebe-se que 88,4% dos respondentes gostariam e 11,6% não. Os respondentes avaliaram a oferta de saúde, educação e segurança no bairro classificando como bom regular ou ruim. Pela média dos resultados, é possível observar que a maior parte dos respondentes classificou como bom os serviços de educação e ruim os serviços de segurança. Entretanto, praticamente houve um empate na avaliação dos serviços de saúde, classificando entre bom e regular. Considerando as respostas de cada bairro, observa-se que 39% dos

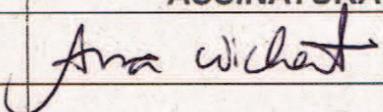
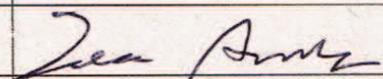
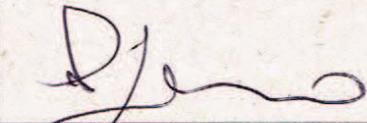
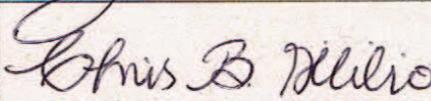
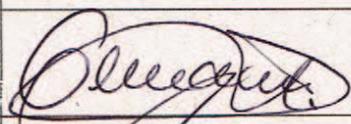
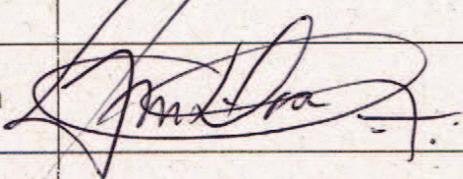
respondentes classificaram como bom os serviços de saúde, 38% classificaram como regular e 23% como ruim. No quesito Educação, considerando as respostas de cada bairro, observa-se que 48% dos respondentes classificaram como bom os serviços de educação, 37% classificaram como regular e 15% como ruim. No quesito Segurança, considerando as respostas de cada bairro, observa-se que 46% dos respondentes classificaram como ruim os serviços de segurança, 43% classificaram como regular e 11% como bom. Tiago Capuano disse que pode haver distorções no quesito serviços de saúde, pois na região do centro os moradores não utilizam sistema de saúde pública. Carla Portal disse que no Setor 01 deve haver distorção em todas as perguntas referentes à saúde e moradia. Renato respondeu que não foi especificado na pergunta se o sistema de saúde é público ou particular. Ademar solicitou se há a possibilidade de realizar um comparativo entre as respostas do questionário e das oficinas. Sibeles disse que a questão de falta de segurança apareceu muito nas oficinas e tem de ser trabalhado para melhorar. O retrato da insegurança é feito por quem já vivenciou o perigo. Renato disse que deve ser diferenciado a segurança e a sensação de segurança que se reflete nos espaços. Sibeles disse que se busca trabalhar com conceito de urbanismo contemporâneo para que essa sensação de segurança aumente, pois se o trabalho é no bairro, ou se tem espaço público aumenta a movimentação de pessoas, e com isso aumenta a sensação de segurança. Quanto à adoção de medidas inovadoras que estão implantadas em cidades referências 83,6% manifestaram-se a favor e 16,4% contra. Sobre se o desenvolvimento tecnológico de Passo Fundo poder impulsionar a economia local e gerar novas oportunidades, 98% dos respondentes manifestaram entendimento positivo e 2% negativo. Quando questionados se as empresas locais deveriam ser motivadas pelo município a serem inovadoras em suas áreas, 97,3% manifestaram-se a favor e 2,7% contra. Quanto à altura das edificações, 57,4% consideraram adequado para o bairro edifícios mais baixos e 42,6% consideraram adequado edifícios mais altos. Considerando as respostas de cada bairro, observa-se que a maioria dos respondentes informou considerar adequado para o seu bairro edifícios mais baixos, de até 05 pavimentos. Apenas os respondentes residentes dos setores 01, 10 e 19 consideraram adequado edifícios mais altos. Quanto ao uso misto nas edificações do bairro, valendo-se de edifícios onde o térreo é comercial e os pavimentos superiores são residenciais, 80,3% manifestaram-se a favor e 19,7% contra. Considerando as respostas de cada bairro, observa-se que a maioria dos respondentes informou considerar adequado para o seu bairro. Apenas no setor 14 os respondentes informaram que não gostariam de edifícios onde o térreo é comercial e os pavimentos superiores residenciais. Os respondentes avaliaram as vagas de estacionamento no recuo frontal com acesso pela calçada, sendo que 51,8% manifestaram-se a favor e 48,2% contra. Carla Portal disse que o fato de ter recuo frontal, quando os pedestres estão passando, ou tem de ir pela rua, ou parar e aguardar o carro sair. Isso pode ser perigoso. Ela citou o exemplo da padaria Pantik, que ficava atrás do EENAV, pois não tinha visibilidade para os carros saírem. Quanto ao estímulo para a implantação de áreas permeáveis no recuo frontal das edificações, 92,5% dos respondentes manifestaram-se a favor e 7,5% contra. O representante do GESP, Sr. Paulo Cornélio disse que sentiu falta de questionamentos sobre questões ambientais e recursos naturais no questionário. O questionário abordou a participação da comunidade nos canais abertos pela prefeitura relacionados ao desenvolvimento urbano, 59,5% dos respondentes informaram que não costumam participar e 40,5% manifestaram que participam. Os respondentes avaliaram se gostariam do fornecimento de espaços públicos e equipamentos a população pelo setor privado. Os resultados apontam que 90,4% dos respondentes informaram que gostariam e 9,6% não gostariam. Foi explicado que uma das maneiras de se conseguir investimento privado nos espaços públicos são as Medidas Compensatórias previstas pelo Estatuto da Cidade e que toda comunidade se beneficia. Foi questionado sobre a adoção de espaços públicos. Foi respondido que existem 3 formas de investimentos privados em espaços públicos: adoção, parceria público privada (PPP) e medidas compensatórias, inclusive em várias cidades, a gestão de parques é feita pelo setor privado. A reunião encerrou-se às 10 horas e 25 minutos. Foi lembrado aos presentes que a próxima reunião, conforme Regimento Interno será dia 21/11/2018 às 08h15min em primeira chamada e 08h30min em segunda chamada na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM. **Relação de setores: SETOR 01** - Região do Bairro "Centro e Vila Vergueiro"; **SETOR 02** - Região do Bairro Boqueirão/ Vila Operária/ Vila Independente/ Lot.

Pampa/ Sechi/ Menino Deus/ Vila Berthier/ Morada da Colina/; **SETOR 03** - Região do Bairro Vera Cruz/ Lot. Nonoai/ Dona Eliza/ Par. Leão XIII/ São Bento/ Hípica; **SETOR 04** - Região do Bairro Petrópolis/ Lot. Invernadinha (Distrito Industrial)/ Lot. Cidade Universitária; **SETOR 05** - Região do Bairro São Luiz Gonzaga/ Parque Farroupilha/ Lot. Manoel Corralo/ Lot. Nova Estação/ Vila Entre Rios/ Vila Ferroviária/ Vila Isabel/ Parque Bela Vista; **SETOR 06** - Região do Bairro "Vila Cruzeiro"/ Vila Alice; **SETOR 07** - Região do Bairro Lucas Araújo/ Vila Schel/ Vila Reis/ Vila Simon/ Vila Carmen/ Lot. P. Don Rodolfo; **SETOR 08** - Região do Bairro Santa Marta / N. S^a Aparecida/ Lot. J. América/ Vila Donária/ Vila 20 de Setembro/ Lot. Força e Luz; **SETOR 09** - Região do Bairro Integração / Vila Xangrilá/ Lot. Jaboticabal/ Bairro Recreio/ Jerônimo Coelho/ Lot. Boqueirão/ Lot. Parque do Sol ou Viajantes/ Lot. Morada do Sol/ Vila Ipiranga; **SETOR 10** - Região do Bairro "Vila Victor Issler"; **SETOR 11** - Região do Bairro São José/ Lot. Leonardo Ilha I e II/ Lot. da Brigada Militar/ Campus da UPF; **SETOR 12** - Região do Bairro São Cristóvão/ Bairro Ricci/ J. André Rebechi/ Bairro Copacabana/ Lot. César Santos/ Lot. São Cristóvão II/ Lot. Via Sul/ Lot. St^o. Antônio; **SETOR 13** - Região do Bairro Roselândia; **SETOR 14** - Região do Bairro "Vila Mattos"/ Vila Mattos/ Parte do Lot. Via Sul; **SETOR 15** - Região do Bairro Annes "Vila Fátima e Vila Annes"/ Parte Vila Dona Eliza/ Sta. Terezinha; **SETOR 16** - Região do Bairro José Alexandre Zachia; **SETOR 17** - Região do Bairro Valinhos "Loteamento Industrial e São Lucas"/ Lot. Pio II/ Parque dos Comerciantes/ Distrito Industrial (Valinhos); **SETOR 18** - Região do Bairro "Vila Luiza"/ Vila Tupinambá/ Vila Jardim/ Vila Ambrozina/ Vila Boa Vista/ Vila Guilherme Morch/ Lot. Edu Reis; **SETOR 19** - Região do Bairro "Vila Rodrigues"/ Vila Popular; **SETOR 20** - Região do Bairro "Vila Santa Maria"/ Vila Reinaldo Patussi/ Lot. Vila Nova; **SETOR 21** - Região do Bairro Planaltina/ Vila Ivo Ferreira/ Bom Jesus/ Vila Planaltina/ Lot. Escola Rural/ Lot. Dom Felipe; **SETOR 22** - Região do bairro Nenê Graeff/ Lot. Garden/ Lot. Nenê Graeff.

**REUNIÃO NÚCLEO GESTOR
17/10/2018 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMAM**

PAUTA: Apresentação do Diagnóstico da Plataforma Digital

I - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	TITULAR: Ana Paula Wickert	
	SUPLENTE: Leandro Trizzini Moreira	
	TITULAR:	
	SUPLENTE: José Carlos Arruda	
NÚCLEO TÉCNICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	TITULAR: Paulo Antonio Busi de Severo	
	SUPLENTE: Chris Bortoluzzi Bilibio	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	TITULAR: Adolfo de Freitas	
	SUPLENTE: Caroline Thans Seganfredo	
SECRETARIA DE OBRAS	TITULAR: Felipe Scipioni	
	SUPLENTE: Gislaine Praetorius Mello Alves	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	TITULAR: Rubens Marcon Astolfi	
	SUPLENTE: Gemanir Dalberto Rocha	
SECRETARIA DO INTERIOR	TITULAR: Betania dos Santos Lodi	
	SUPLENTE: Thiago da Silveira Peracchi Barcellos	
SECRETARIA DE	TITULAR: Cristiam Thans	



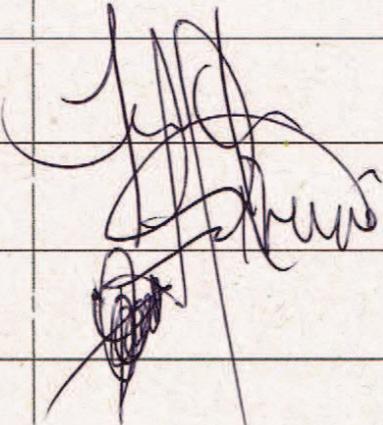
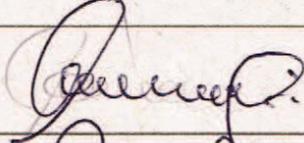
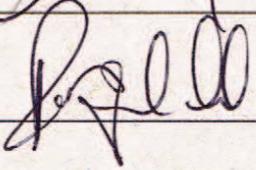
TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS	SUPLENTE: Edson de Araújo	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TITULAR: Carlos Eduardo Lopes da Silva	<i>Juliana B. Riffel</i>
	SUPLENTE: Juliana Barbosa Riffel	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TITULAR: Edemilson Jorge Ramos Brandão	
	SUPLENTE: Fernando Carlos Bicca	
SECRETARIA DE SAÚDE	TITULAR: Eliana Bortolon	
	SUPLENTE: Marianne Marini	
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	TITULAR: Paulo César Caletti	<i>Paulo César Caletti</i>
	SUPLENTE: Altair Martins	
SECRETARIA DE SEGURANÇA	TITULAR: João Darci Gonçalves da Rosa	
	SUPLENTE: Nelson Jandir Feula Filho	
SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	TITULAR: Wilson Pedro Lill	
	SUPLENTE: Diego Roman dos Santos	<i>Diego Roman dos Santos</i>
SECRETARIA DE FINANÇAS	TITULAR: Dorlei Francisco Maffi	<i>Dorlei Francisco Maffi</i>
	SUPLENTE: Monclar Margotto Junior	<i>Monclar Margotto Junior</i>
SECRETARIA DE CULTURA	TITULAR: Pedro Almeida	<i>Pedro Almeida</i>
	SUPLENTE: Fernanda X. Theis	

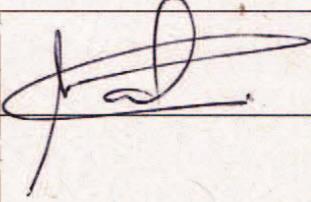
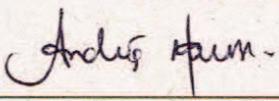
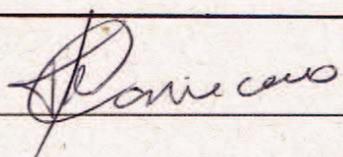
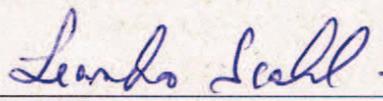


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TITULAR: Marlise Lamaison Soares	
	SUPLENTE: Eliana Fátima de Zorzi	
PASSOTUR	TITULAR: Diorges Oliveira	
	SUPLENTE: Luciano Fortes	
CORSAN	TITULAR: Altair Matter	
	SUPLENTE: Monica Vanzo	
IFSUL	TITULAR: Gustavo Cardoso Born	
	SUPLENTE: Bruna da Silva Pereira	
FUNAI	TITULAR: Luiz Carlos Silva Junior	
	SUPLENTE: Mauro Leno Silvestrin	



II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
AEAPF	TITULAR: Márcio André Borin	
	SUPLENTE: Eduardo Rossatto	
OAB	TITULAR: Luciano de Araújo Migliavacca	
	SUPLENTE: Flávio Benvegnú Júnior	
SINDUSCON	TITULAR: Pablo F. Lima	
	SUPLENTE: Edival Balen	
ACISA	TITULAR: Marco Antônio Silva	
	SUPLENTE: Enéia Verdi	
CRECI- passofundo@creci-rs.gov.br - 33119766	TITULAR: João Alberto Quaresemin de Oliveira	
	SUPLENTE: Valdir Perin Salles	
AGENDA 21	TITULAR: Izabel Cristina Lopes	
	SUPLENTE: Ademar de Oliveira Marques	
GESP	TITULAR: Paulo Fernando Cornélio	
	SUPLENTE: Flávia Biondo da Silva	

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS	TITULAR: Mirian Carasek	
	SUPLENTE: Débora Shöffel	
INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO	TITULAR: Fernando Borgmann Severo de Miranda	
	SUPLENTE: Djiovan Vinícius Carvalho	
UPF: arquitetura@upf.br	TITULAR: Carla Portal Vasconcellos	
	SUPLENTE: Márcia Cristina Hunther	
IMED: francieli.teixeira@imed.edu.br	TITULAR: Andréa Quadrado Mussi	
	SUPLENTE: Caliane de Almeida Silva	
UAMPAF	TITULAR: José Rodrigo dos Santos	
	SUPLENTE: Thiago Capuano	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BAIRRO SÃO JOSE	TITULAR: Ademir José Moraes dos Santos	
	SUPLENTE: Ruberson Stieven	
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO	TITULAR: Paulo César Carbonari	
	SUPLENTE: Leandro G. Scalabrin	
SINDICATO RURAL	TITULAR: Felipe Alves Badotti	
	SUPLENTE: Antoli Fauth Mello	



Secretaria de Planejamento - SEPLAN

CRESOL	TITULAR: Marcos Gerhardt	
	SUPLENTE: Luiz da Silva de Jesus	
CEDEDICA	TITULAR: Andrea Caon Reolão Stobbe	
	SUPLENTE: Juliana Biskup Ferraz	
COMPEDE	TITULAR: Fábio Flores	
	SUPLENTE: Emerson Drebes	
FUNDAÇÃO BENEFICENTE LUCAS ARAÚJO	TITULAR: Celso Lehmann da Silva	
	SUPLENTE: Luiz Costella	
CMDI	TITULAR: Leonardo Bussolotto	
	SUPLENTE: Demétrio Cristiano Silva do Nascimento	
	TITULAR: Ubiratan Oro	
	SUPLENTE: Luiz Roberto M. Gosch	